

VOL II

POR PALAVRAS E GESTOS A ARTE DA LINGUAGEM

Patrícia Vasconcelos Almeida
Mauriceia Silva de Paula Vieira
(Organizadoras)



EDITORA
ARTEMIS
2020

VOL II

POR PALAVRAS E GESTOS

A ARTE DA LINGUAGEM

Patrícia Vasconcelos Almeida
Mauriceia Silva de Paula Vieira
(Organizadoras)



**EDITORA
ARTEMIS**
2020

2020 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2020 Os autores
Copyright da Edição © 2020 Editora Artemis
Edição de Arte: Bruna Bejarano
Diagramação: Helber Pagani de Souza
Revisão: Os autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*.
Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Editora Chefe:

Prof^ª Dr^ª Antonella Carvalho de Oliveira

Organizador:

Wilson Noé Garcés Aguilar

Bibliotecário:

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^ª Dr.^ª Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^ª Dr.^ª Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
Prof.^ª Dr.^ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof.^ª Dr.^ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, University of Miami and Miami Dade College - USA
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín - Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^ª Dr.^ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.^ª Dr.^ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo

Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, Corporación Universitaria Autónoma del Cauca - Colômbia

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P832 Por palavras e gestos [recurso eletrônico] : a arte da linguagem vol II
/ Organizadoras Patricia Vasconcelos Almeida, Mauriceia Silva
de Paula Vieira. – Curitiba, PR: Artemis, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-11-8

DOI 10.37572/EdArt_118310720

1. Linguística. 2. Letras. 3. Artes. I. Vieira, Mauriceia Silva de
Paula. II. Almeida, Patricia

CDD 469

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

Os estudos que envolvem a linha de ensino-aprendizagem de línguas, seus métodos e seus princípios, percorrem searas diversas e acabam por tangenciar as questões relacionadas aos aspectos culturais. Por essa razão, é recorrente a menção de que língua e cultura são indissociáveis, posição essa reverberada por Kramsch (1998) que, há mais de duas décadas, já afirmava que as línguas expressam e simbolizam realidades culturais.

Desta forma, seja nos aspectos instrumentais da língua, seja nas especificidades do ensino da língua materna, neste caso a língua portuguesa, bem como nas peculiaridades do ensino de língua estrangeira - língua inglesa e língua portuguesa para estrangeiros - e ainda na sutileza da língua brasileira de sinais e da língua indígena, os aspectos linguísticos estão entrelaçados às questões culturais.

Considerando também as oportunidades e possibilidades oriundas de um novo saber constituído pelo processo de ensino-aprendizagem de línguas, é possível perceber que independentemente do prisma em que se observa, se estuda e se teoriza o processo de ensino-aprendizagem da língua, as premissas da internacionalização se fazem presentes quando a intenção é fornecer subsídios que viabilizem as trocas interculturais entre os aprendizes de línguas. Não limitado aos aspectos linguísticos, é possível encontrar no ensino da literatura, dos gêneros textuais, dos enunciados - e porque não mencionar dos comportamentos sociais vistos como uma manifestação de linguagem - congruências que permitem ressaltar sua significação em benefício do aprendiz de línguas.

Assim, esperamos que este segundo volume do livro *Por Palavras e Gestos: A Arte da Linguagem* seja mais uma contribuição para os profissionais e estudiosos que se veem envolvidos na busca da compreensão dos diversos aspectos que constroem o processo de ensino-aprendizagem de línguas.

Patricia Vasconcelos Almeida
Mauriceia Silva de Paula Vieira

SUMÁRIO

O ENSINO DE LÍNGUAS E SUAS NUANCES

CAPÍTULO 1	1
A LINGUAGEM DE ALUNOS DE INGLÊS PARA FINS ESPECÍFICOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	
Elaine Lima de Sousa Marta de Faria e Cunha Monteiro	
DOI 10.37572/EdArt_1183107201	
CAPÍTULO 2	13
UM ESTUDO SOBRE A VARIAÇÃO LEXICAL EM LÍNGUA INGLESA	
Rafaela Sepulveda Aleixo Lima Aline das Graças Monteiro Miranda Barros	
DOI 10.37572/EdArt_1183107202	
CAPÍTULO 3	27
LEITURA E PRODUÇÃO DE SINOPSE DE FILMES: EM CENA A COMPREENSÃO INTERCULTURAL DO CINEMA ¹	
Alana Oliveira da Cruz Ventura Risonete Lima de Almeida	
DOI 10.37572/EdArt_1183107203	
CAPÍTULO 4	37
A APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS POR FALANTES DO INGLÊS E A PERMEABILIDADE DA INTERLÍNGUA	
Edith Santos Corrêa	
DOI 10.37572/EdArt_1183107204	
CAPÍTULO 5	51
ENSINO DE LÍNGUAS BASEADO EM TAREFAS: PRINCÍPIOS PARA A ELABORAÇÃO DE TAREFAS	
Catarina Castro	
DOI 10.37572/EdArt_1183107205	
CAPÍTULO 6	63
O REFLEXO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO DA VIOLÊNCIA NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA O ENSINO DO PLE	
Javier Martín Salcedo	
DOI 10.37572/EdArt_1183107206	
CAPÍTULO 7	76
O ROTEIRO CULTURAL COMO CAMINHO PARA A INTEGRAÇÃO DO OUTRO	
Maria Isabel Cipriano Machado	
DOI 10.37572/EdArt_1183107207	
CAPÍTULO 8	88
LETRAMENTO INTERCULTURAL BILÍNGUE NA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA TUPANA YPORÓ EM IRANDUBA, MUNICÍPIO DO ESTADO DO AMAZONAS	
Alesandro de Lima Gomes Francisca de Lourdes Souza Louro	
DOI 10.37572/EdArt_1183107208	

CAPÍTULO 9 105

AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO IFMT CAMPUS BARRA DO GARÇAS: OPORTUNIDADES E POSSIBILIDADES A PARTIR DAS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Renata Francisca Ferreira Lopes
Rafael José Triches Nunes
Elisângela Kipper
Ana Paula Vasconcelos da Silva
Renan Rezende Coelho
Kelly Cristhel do Nascimento Pimentel
Kátia Caetano Diniz Bonfim
Raquel Araújo Mendes de Carvalho

DOI 10.37572/EdArt_1183107209

OUTROS SENTIDOS PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LINGUAS

CAPÍTULO 10 119

A LITERATURA NO ENSINO MÉDIO PODE SER UM CAMINHO PARA A FORMAÇÃO DE UM LEITOR?

Frank Alves Damasceno

DOI 10.37572/EdArt_11831072010

CAPÍTULO 11 130

LEITURA E ESCRITA: UMA PROPOSTA DE ENSINO COM O GÊNERO TEXTUAL NOTÍCIA APLICÁVEL AO ENSINO MÉDIO

Manoel Cândido Nogueira (UFCG)
Leandro de Souza França (UFCG)
Hérica Paiva Pereira (UFCG)

DOI 10.37572/EdArt_11831072011

CAPÍTULO 12 141

DISCURSO MONOLÍNGUE E PRÁTICAS DE TRANSLINGUISMO: UM ESTUDO SOBRE OS ENUNCIADOS DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Noêmia Maria de Souza

DOI 10.37572/EdArt_11831072012

CAPÍTULO 13 152

O MITO AMAZÔNICO: UMA TRADIÇÃO ORAL

Micheline Tacia de Brito Padovani

DOI 10.37572/EdArt_11831072013

CAPÍTULO 14 162

ASPECTOS SIMBÓLICOS DO ALEITAMENTO MATERNO

Danielle de Fatima Silva Ferreira

DOI 10.37572/EdArt_11831072014

SOBRE AS ORGANIZADORAS..... 178

ÍNDICE REMISSIVO 179

ASPECTOS SIMBÓLICOS DO ALEITAMENTO MATERNO

Data de submissão: 22/06/2020

Data de aceite: 20/07/2020

Danielle de Fatima Silva Ferreira

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio
Pacelli

Universidade do Vale do Sapucaí

Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – 37550-000

Pouso Alegre – MG – Brasil

e-mail: danielleferreirapsi@yahoo.com.br

RESUMO: O aleitamento materno exclusivo há anos encontra-se entre as prioridades governamentais nacionais. Embora tenha apresentado progresso, pesquisas indicam que a prevalência do aleitamento materno no Brasil segue abaixo do recomendado. O presente trabalho teve por objetivo fazer uma reflexão sobre a representação simbólica do seio e seu espaço na cultura brasileira, ressaltando a importância da amamentação e a influência que o meio sociocultural estabelece no período do aleitamento materno, sendo grande responsável pelo desmame precoce.

PALAVRAS-CHAVE: Amamentação.
Aleitamento materno. Preconceito. Seios

ABSTRACT: Breastfeeding has been a priority in Brazilian government and its policies. Although it has been showing progress, some researches indicate that the number of women breastfeeding in Brazil remains below the WHO recommendations. The present work aimed to make a reflection about the symbolic representation of the breast and its place in Brazilian culture, highlighting the importance of breastfeeding and its influence in the sociocultural environment which is established in the period of breastfeeding, being great responsible for precocious unwean.

KEYWORDS: Breastfeeding, prejudice, breasts.

1 . INTRODUÇÃO

A gestação, o parto e a amamentação são processos biológicos mediados pela cultura. Desde a antiguidade, o aleitamento materno vem sendo questionado e sofre adaptações conforme o contexto histórico.

O presente trabalho tem como objetivo mostrar os benefícios do aleitamento materno, o único alimento natural, completo e complexo para os bebês, que promove também a criação de um laço extraordinário entre a mãe e filho. Existem fatores que influenciam na amamentação e seu desmame precoce, entre

eles o preconceito ao amamentar em público, um fator relevante, já que para o sucesso na amamentação, a família, sociedade e estados são de grande importância e responsabilidade.

Os seios são carregados de grande carga simbólica em suas diversas representações que normalmente estão ligadas à feminilidade, maternidade, fertilidade e santidade.

O seio desnudo, em função da amamentação, ainda é visto com preconceito por representar função erótica. Uma luta constante de mulheres que buscam através de blogs e grupos de encontro, modificar essa visão, reivindicando seus direitos a favor da vida.

A família, sociedade, órgãos públicos e profissionais da área da saúde, ressaltando a importância do psicólogo, são fundamentais para o sucesso no aleitamento materno, já que a amamentação é um processo influenciado positiva e negativamente por fatores biológicos, culturais, social e psíquico.

Conclui-se o presente trabalho, relacionando a influência do meio social na promoção do aleitamento materno e a importância do suporte psicológico oferecido à mãe nesse período.

2 . O ALEITAMENTO MATERNO

Segundo Oliveira e Souza (2010), a gestação, o parto e a amamentação são processos biológicos mediados pela cultura, sendo assim, fases naturais do ciclo reprodutivo.

Nos séculos XVIII e XIX (e mesmo nas primeiras décadas do século XX), era bastante disseminada a utilização de amas de leite, a “mãe preta”. As senhoras da elite da época usavam as amas de leite como substitutas do seu leite, que nem sempre era oferecido aos filhos das classes mais abastadas. Os veículos de comunicação da época, entre eles os jornais brasileiros, proclamavam e anunciavam o aluguel ou a venda de negras, com filhos pequenos, para amamentar os bebês de seus proprietários (REGO, 2001).

A difusão da produção e consumo do leite de vaca, do pasteurizado e do em pó, afirma Silva (1990), teve início há mais ou menos 40 ou 50 anos, facilitando assim, a atribuição à indústria, à difusão dos meios de propaganda e marketing, o abandono do aleitamento, como se a indústria moldasse os indivíduos que, massificados e robotizados, perdiam a sua identidade cultural e a contingência da escolha.

Depois de tantas décadas de “desmame comerciográfico”, rompia-se a cultura da amamentação e a alimentação por mamadeira passara a ser vista como natural. Alguns fatores que contribuíram para a adoção do aleitamento artificial foram a

crescente urbanização da população mundial, os fatores macroeconômicos e sociais, como, o ingresso de parcela do sexo feminino no mercado de trabalho e, o movimento pela igualdade entre os sexos e pela liberação da mulher, fundamentado no movimento feminista, explicam Figueiredo e Bueno (2015).

Para os autores supracitados, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) também contribuíram para a ruptura da cultura da amamentação no Brasil. Agências internacionais como a Aliança para o Progresso e Food for Peace, dirigiram excedentes da produção de leite em pó para o Brasil, durante as décadas de cinquenta e sessenta. A indústria apresentava a alimentação com mamadeira como uma expressão de modernidade, fornecendo às mães, periodicamente, desde o nascimento de seu filho, sacos de leite em pó nos postos de saúde e unidades da Legião Brasileira de Assistência.

O Programa de Incentivo ao Aleitamento Materno, criado no Brasil, em 1981 pelo Ministério da Saúde, criava ações nas áreas da saúde, comunicação e educação, em junção com a sociedade civil. A estratégia básica era a do incentivo ao aleitamento materno, divulgando-se os benefícios do mesmo para o bebê (OLIVEIRA & SOUZA, 2010).

De acordo com Figueiredo e Bueno (2015) diversas iniciativas, com o intuito de aumentar as taxas de aleitamento materno, têm sido criadas. Destaca-se entre elas, o Banco de Leite Humano (BLH), que é definido como um serviço especializado, responsável por ações de proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno. Estas ações são realizadas através de distribuição de leite humano aos lactentes impossibilitados de recebê-lo de sua genitora, além de treinamento, palestras e demonstrações.

O Banco de Leite Humano (BLH) tornou-se um diferencial muito importante, pois, mesmo sem o treinamento efetivo de toda equipe de saúde que cuida das crianças e mães, podia-se contar com funcionários capacitados, a fim de promover e apoiar o aleitamento materno (ALMEIDA & COLS, 2008).

Para Carvalho e Tamez (2005), o leite humano é um milagre da natureza, um líquido que está sempre em transformação. Sua composição é alterada a cada dia e a cada mamada, indo ao encontro das necessidades do bebê. O leite materno é uma mistura aquosa, rica em carboidratos, disponível pela manhã. No período da tarde e à noite, o leite será mais rico e gorduroso. O leite materno se adapta ao ambiente, produzindo células vivas e anticorpos em resposta a muitas doenças. Além destes benefícios, o leite humano tem uma baixa contaminação bacteriana e muitos elementos que impedem a sua deterioração. O leite materno se difere grandemente das fórmulas que é de consistência regular, sempre igual, de mamadeira em mamadeira, as mamadas de leite materno nunca são iguais. O leite materno é tão vivo e importante quanto o sangue que circula pelo corpo da mãe lactante.

A composição do leite materno varia de uma mulher para outra, podendo se modificar até mesmo de hora em hora. É uma solução complexa de carboidratos, proteínas e gorduras, adequada ao crescimento da criança em cada fase do seu desenvolvimento. O conteúdo mineral do leite materno é estável e relativamente independente de sua alimentação, com reservas de seu organismo, completando aquilo que falta na alimentação. As vitaminas lipossolúveis – A, D, E e K – pouco variam de uma amostra de leite para outra, porém, as vitaminas hidrossolúveis, como a vitamina C e todas as vitaminas do complexo B, dependem da ingestão diária da mãe. Quando as vitaminas hidrossolúveis não são bem armazenadas no organismo, precisam ser repostas em cada refeição (CARVALHO & TAMEZ, 2005).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo Neves e Marin (2013) afirma que a amamentação o alimento ideal para o crescimento saudável dos recém-nascidos, auxiliando o desenvolvimento motor e cognitivo da criança protege o bebê de doenças crônicas e infecciosas, portanto, é recomendado que os bebês sejam, exclusivamente, alimentados com o leite materno desde suas primeiras horas de vida até completarem seis meses de idade ou mais.

Segundo Saldan e Venâncio (2015), nos primeiros anos de vida a amamentação é primordial para o desenvolvimento humano e tem impacto em curto e longo prazo para a criança. A alimentação complementar, é aconselhada a partir dos seis meses de vida, com a manutenção do aleitamento materno por dois anos ou mais.

Frota, Costa e Cols (2009) acreditam que as mães tenham conhecimento dos benefícios do leite materno para seus filhos, estando cientes de que o correto é amamentá-los, exclusivamente, durante os seis primeiros meses de vida. As mães têm vivenciado obstáculos, nos quais encontram contradições entre posicionamentos, dúvidas e dificuldades à prática do aleitamento materno.

Almeida (1999) define a amamentação como além de um fator social ou fenômeno biológico. A amamentação é uma categoria híbrida, construída através de características, propriedades e atributos que se definem tanto pela natureza como pela cultura.

Poucas crianças são amamentadas com leite materno exclusivamente por mais de algumas semanas. Nas sociedades onde é regra a amamentação, as mães normalmente introduzem alimentação complementar ou líquidos muito cedo. Uma das justificativas mais comuns dadas pelas mães para a interrupção da amamentação ou a introdução de outros alimentos, é a crença de que não terão leite suficiente ou que a qualidade do leite deixa a desejar (SILVEIRA & LAMOUNIER, 2004).

Para Carvalho e Tamez (2005) os principais obstáculos à prática da amamentação são: a falta de conhecimento da população em geral, dos profissionais de saúde e dos gestores; condutas inapropriadas e falta de habilidades dos profissionais de saúde; aspectos culturais; falta de confiança / baixa autoestima da mãe; falta de apoio

e suporte familiar e comunitário; trabalho da mulher; e promoção inapropriada de substitutos do leite materno. Estes fatores contribuem negativamente para a prática de amamentação e devem ser levados em consideração pelos profissionais de saúde.

As recomendações, para a alimentação da criança pequena se contradiz, muitas vezes, com as crenças e práticas arraigadas à cultura. No Brasil, a suplementação com água e chás é uma delas. Costuma-se introduzir os chás muito cedo, com o intuito de matar a sede da criança, acalmar, aliviar cólicas e tratar diferentes doenças, destacam Carvalho e Tamez (2005).

A Organização Mundial de Saúde, apoiada pela Academia Americana de Pediatria (AAP) recomenda, de acordo com Rego (2001), que novos alimentos sejam introduzidos a partir dos quatro a seis meses de idade, porém, o Brasil apresentou uma proposta na Assembleia Anual da OMS, realizada em maio de 2000, em que propõe que a organização adote, como política mundial de incentivo, a amamentação exclusiva durante os seis primeiros meses. Algumas indústrias fabricantes de leite em pó tem apresentado grande resistência ao projeto, que tem como objetivo diminuir os riscos imediatos da alimentação suplementar muito precoce, como desnutrição, doenças infecciosas e crônico-degenerativas, obesidade, hipertensão, arteriosclerose, alergia alimentar, entre outros.

A história da amamentação é construída pelo cotidiano das famílias nos seus ambientes sociais e culturais, por aspectos naturais e biológicos; é influenciada pelo ambiente doméstico, familiar, profissional e a comunidade. Pode-se dizer então, que o leite materno é biologicamente formado e o ato de amamentar é socialmente construído (GALVÃO & SILVA, 2010).

Para os autores supracitados, qualquer pessoa pode desfrutar de uma amamentação agradável, apesar da ausência de pessoas de apoio. Quando se tenta informar com paciência aqueles que não compreendem as necessidades particulares, a oposição pode ser vencida. A partir do momento em que a mãe, o marido e os outros membros da família aprendem a se conhecerem de uma nova forma e a compartilhar a vida de maneira prazerosa, o processo de redefinição de relações pode ser desafiador ou compensador.

3 . A SIMBOLOGIA DA MAMA E O PRECONCEITO

Seara (2012) explica que a mama tem estrutura glandular, que na mulher segrega e excreta leite após o parto, para alimentação do filho. É considerada um órgão duplo, pois está associada também às sensações sexuais e constitui um componente integrante do comportamento sexual. Na fase da adolescência, o desenvolvimento mamário indica a aproximação do corpo da adolescente ao da mulher adulta e salienta a sua feminilidade. As mamas, especialmente os mamilos,

são muito sensíveis à estimulação tátil, os quais respondem com ereção, que é produzida pela contração da musculatura lisa, componente da aréola e do próprio mamilo. As mamas produzem, na mulher, a excitação sexual, sendo assim, uma região erógena e fonte de prazer.

As mamas começam a se desenvolver na puberdade e, segundo Oliveira, Costa, Vieira e Freitas (2009), é responsável pela produção de leite. É formada por tecido glandular, por tecido fibroso de conexão de seus lobos e por tecido gorduroso, no intervalo entre os lobos. Cada mama apresenta uma aréola e uma papila na sua região central. Na papila mamária, ou mamilo, exteriorizam-se 15 a 20 orifícios ductais, que correspondem às vias de drenagem das unidades funcionantes, que são os lobos mamários. A glândula mamária, sendo um órgão par está apoiada sobre o músculo peitoral maior.

O seio adquire vários significados e representações simbólicas dentro de uma sociedade, em relação à maternidade. Além da nutrição física, ele representa as trocas simbólicas de afeto e exercita as várias possibilidades da maternagem. A psicologia e a psicanálise trazem sobre essa questão, uma construção teórica, enfatizando o seio como objeto pelo qual a mãe estabelece contato com seu filho e lhe proporciona não só o alimento, mas também o prazer e o acolhimento, explica Silva (2008).

O seio foi, por muito tempo, mais valorizado quanto aos aspectos relacionados à maternidade; porém atualmente, essa valorização tem se voltado ao seu significado de feminilidade. Ele é fortemente explorado como ícone de forte apelo sexual, ideia que é reforçada pela mídia (SILVA, 2008).

Rosa (2005) ressalta que, além de ter como função principal a produção de leite para a amamentação, a mama representa, para a mulher, importância psicológica. Tem papel fundamental na constituição da autoestima e autoimagem, pois embeleza o corpo feminino e tem função erógena e de atração sexual.

A mama é, provavelmente, a parte do corpo feminino com mais carga simbólica, sendo considerada como atributo de maternidade, devido ao contato com bebê, conforto, proteção e sua nutrição; à sexualidade e, por fim, à feminilidade, ressalta Seara (2012).

De acordo com Oliveira (2015), a carga simbólica dos seios está relacionada à cultura, podendo assim ser vista no aspecto maternal entre mãe e filho, proporcionando afeto, ou apenas como papel nutricional; porém, normalmente estão ligados à feminilidade, fertilidade, maternidade, santidade e, até mesmo, à vida.

O final do séc. XVIII e o séc. XIX foram períodos de intensas transformações sociais, econômicas, científicas e políticas. Monteiro, Gomes e Nakano (2006) destacam que o seio feminino foi politicamente transformado em fonte natural de alimento e o ato de amamentar foi visto como um direito natural de todas. Atualmente

vem criando-se novas discussões no que se refere à amamentação, marcando um novo modelo de assistência com enfoque tanto na questão biologicista materno-reprodutiva, como resquício do modelo higienista e, num segundo momento, enfocando a perspectiva de gênero na construção social.

As representações de mulher/mãe/nutriz são construídas através de cada cultura, como nos mostram Monteiro, Gomes e Nakano (2006). O seio pode ou não ser erótico e estar ligado à sexualidade. Dependendo da cultura, o leite pode representar forte aspecto simbólico e o aleitamento, pode estar além do aspecto biológico e nutricional. A função nutricional do seio se manteve, por muito tempo, sendo então recente, a sua erotização na cultura ocidental. No final da idade média, a nudez passa a ter sentido erótico, prejudicando, de certa forma, o aleitamento materno e a visão do outro perante o ato de amamentar.

Oliveira (2015) explica que a demanda trazida pelos movimentos feministas e os que defendem o aleitamento materno, insiste na exposição pública dos seios femininos e assumem um papel simbólico na luta pela desvinculação de seu total papel erótico. Trata-se de a mulher ter total liberdade para determinar qual papel ela deseja que o seu corpo assuma, a partir da sua própria demanda, não se tratando, na verdade da negação do erotismo, mas da escolha da mulher.

3.1 PRECONCEITO

Pinheiro (2011) define o preconceito como valores que consiste em juízos preconcebidos perante as representações que o sujeito tem sobre a realidade. Essas construções não são apenas individuais, a cultura exerce papel importante para sua elaboração.

Borges (2006) explica que ideias elaboradas, organizadas e desenvolvidas sobre determinado assunto necessita de reflexão, análise e síntese, essas são chamadas de conceito, porém antes de estabelecermos conceito sobre algo, formamos um preconceito, que seria a primeira compreensão sobre. Esta opinião se forma sem reflexão e pode, muitas vezes, ter sentido negativo, quando ficamos nele, sem desenvolvê-lo, sendo limitados e impedidos de ver as coisas de uma maneira mais ampla e desenvolvida. Porém, ele também pode ser positivo, quando é bem desenvolvido e esclarecido numa busca de ampliar o conhecimento sobre algo.

Existem diferentes preconceitos referentes aos direitos humanos, complementa Borges (2006), como direitos individuais e direitos públicos, que se referem à concepção individualista da pessoa humana, sendo usada geralmente para denominar uma parte dos direitos fundamentais, sendo ela, a dos direitos civis concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, por isso, não são suficientes para traduzir a amplitude dos direitos humanos.

Para Caniato (2008), o preconceito é uma estratégia perversa de opressão do processo discriminatório. Isto se explica, porque vivemos em uma sociedade democrática que oferece segurança aos indivíduos civilizados. O preconceito é atribuído aos indivíduos através dos moldes propostos pela indústria cultural, por meio de representações ideológicas. Os indivíduos então deixam de pensar criticamente se respaldando em pré-julgamento. A violência do preconceito produz no indivíduo, sentimento de culpa e pode trazer prejuízos psicológicos.

4 . UMA RELAÇÃO ENTRE A PSICOLOGIA E A AMAMENTAÇÃO EM PÚBLICO

Segundo Lima, Leão e Alcântara (2014) a amamentação é um processo influenciado positiva e negativamente por fatores relacionados à mãe, como características da personalidade, ansiedade, estresse e sua atitude frente à situação de amamentar a criança, à gestação, condições de parto, o período pós-gestacional e o temperamento da criança. Também sofre a influência de fatores circunstanciais, como o trabalho materno, a geração e as condições do cotidiano. Esses aspectos influenciam nas justificativas dadas ao desmame precoce ou à continuidade do aleitamento. É um sistema de valores e crenças que afeta e influencia as práticas do cuidar, transformando-se através da interação com o meio social.

Separar o papel sexual do seio de seu papel maternal tem sido uma difícil tarefa para as mães brasileiras, explica Oliveira (2015). Essas mães têm planejado encontros coletivos, com o objetivo de compartilhar experiências e denunciar o preconceito sofrido por elas. Cita também a internet como ferramenta de grande importância na articulação política, principalmente as redes sociais, onde eventos como a “Marcha das Vadias”, “Mamaço” e “Toplessaço”, têm sido criados e organizados. Apesar de o território cibernético ter se mostrado conservador, ele tem sido de grande importância em movimentos como estes, que são representativos para a abertura do debate acerca do seio desnudo e sua apropriação do espaço público.

Apesar de ONGs e associações exercerem um intenso trabalho para promover e divulgar os conhecidos benefícios da amamentação para saúde do bebê, Oliveira (2015) destaca que o olhar opressor da sociedade parece não ter tido grandes avanços à prática em locais públicos, que ainda é vista como transgressora.

No ano de 2011, aconteceu o primeiro evento no Itaú Cultural, porém a repressão ao seio desnudo de mães lactantes continuou a ocorrer nos anos que se seguiram, em outros espaços culturais, como em novembro de 2013, no Sesc Belenzinho, em que uma mãe foi orientada por uma funcionária do local a se dirigir à sala de amamentação, pois era proibido amamentar no local onde se encontrava com o seu bebê. No Sesc Belenzinho, em São Paulo, o Mamaço reuniu cerca de 30 mães, Oliveira (2015).

A situação novamente acontece, acrescenta Oliveira (2015), quando em fevereiro de 2014, outra mãe foi repreendida no espaço do MIS (Museu da Imagem e do Som), ao amamentar sua filha, na época com sete meses de idade. Foi realizado então, no mesmo mês, um Mamaço no MIS, com a participação de cerca de 40 famílias contra a proibição. Em dezembro do mesmo ano, a Pinacoteca de São Paulo também foi cenário de proibição à amamentação, quando um segurança do local, na exposição do artista Ron Mueck, repreende uma mãe, ao amamentar sua filha de quatro meses. Após o episódio, foi feita uma denúncia, via Facebook, e outro Mamaço foi organizado ao final de janeiro de 2015, contando com a participação e organização do Matrice, grupo de apoio à amamentação.

É importante destacar a luta e a vitória nos campos dos direitos civis, conquistadas por mães que, apesar da resistência da sociedade em aceitar a exposição do seio desnudo para amamentação em locais públicos, conseguiram um Projeto de Lei, proposto pelos vereadores Aurélio Nomura (PSDB), Patrícia Bezerra (PSDB) e Edir Sales (PSD), que se tornou Lei sancionada pelo prefeito Fernando Haddad (PT). É a lei nº 16.161, de 13/04/2015, que garante à mãe o direito de amamentar em qualquer estabelecimento na cidade de São Paulo, prevendo multa para quem descumpri-la (OLIVEIRA, 2015).

A amamentação, segundo Sampaio, Falbo, Figueira e Cols (2010), está conectada diretamente ao inconsciente, em especial, ao desejo do outro e à posição do sujeito em relação a sua cadeia de significante. Antecipar ou estender o desmame acontece por inúmeros aspectos, podendo ser eles, por caráter biológico, histórico-cultural, econômico-social e psíquico.

Como exemplo, podemos citar uma prática cultural que, nas entrelinhas, priva a mãe de amamentar em público. Muitas mulheres sentem um constrangimento ao amamentar publicamente, pois, na maioria das vezes, são retalhadas, sofrendo uma rejeição social. Como forma de superar este contratempo é preciso que a sociedade apoie a mãe a amamentar seu bebê, a qualquer hora, em qualquer lugar. Mesmo estando em local privado ou coletivo, afinal a mulher precisa estar tranquila e à vontade para suprir a fome da criança ou reconfortá-la, se necessário. A mensagem de uma mãe, em período de amamentação, para a sociedade e familiares é de que este ato é natural, sendo uma prática padrão da mulher moderna (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA, 2014).

A mãe de Marina de 3 anos e Samuel, de 3 meses, contribui com seu depoimento: “Acho que todas as mulheres deveriam amamentar. Como não dá para ficar em casa o tempo todo (...), muito menos deixar a criança chorando de fome na rua, as mulheres devem amamentar em público. Vou continuar a amamentar o meu filho em público até ele desmamar. (...) Talvez algumas pessoas, pelo menos as que convivem comigo, comecem a ver o aleitamento com mais naturalidade” (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA, 2014).

A Organização Pan-Americana (2014) traz informações de que é preciso superar as barreiras que impedem amamentação em público, desta maneira, esta prática poderá ser vista, novamente, como uma norma social valorizada e sendo a única maneira de alimentar a criança.

Diante de todas essas questões, percebemos que amamentação não se baseia apenas em um ato individual, mas ela também tem seu contexto sociocultural, influenciada pela sociedade e pelas condições que cada mulher está inserida. Podemos perceber estes aspectos através do levantamento histórico da amamentação, ao longo da evolução da humanidade (RESENDE & OLIVEIRA, 2012).

Adotar atitudes positivas em relação ao ato de amamentar, como orientação às mães; apoio e conscientização pode ser um ponto de ação. Em contrapartida, explicam Rollins, Lutter, Bhandari e Cols (2016), as atitudes negativas que estão relacionadas à licença maternidade incorreta, falta de oportunidade para amamentar ou tirar o leite no local de trabalho, a coerção sofrida pela mãe ao amamentar em público, também se encontram como prejudiciais na prática do aleitamento materno. É preciso levar em conta que amamentação é uma atitude pessoal, que sua eficácia depende exclusivamente da mulher. Para ser valorizada pela sociedade, a amamentação precisa de um acordo com a Declaração Inocente do “reforço a uma ‘cultura da amamentação’ e sua defesa vigorosa contra incursões de uma ‘cultura da mamadeira’”. É possível rever os conceitos sob o ato de amamentar, já que vivemos em uma era onde a comunicação e a propaganda social especializada tem-se inovado.

Para Resende e Oliveira (2012), o profissional da saúde tem um papel essencial na promoção dos recursos naturais e ambientais da amamentação, seja ela natural ou artificial.

Haslinger, Santos, Alves e Cols (2011) falam sobre o trabalho do psicólogo, como sendo o de explorar os medos, ansiedades e frustrações que impedem a mãe de desenvolver um vínculo funcional com o bebê. O acolhimento à mãe associado à escuta qualificada possibilita que a mulher expresse seus sentimentos, auxiliando na relação afetiva entre ambos e contribuindo para uma amamentação prazerosa.

O aconselhamento, em amamentação, ajuda no fortalecimento da mãe, para combater as pressões, trabalhando no aumento da autoestima e autoconfiança, que ocorre através do estabelecimento de uma relação construtiva entre profissional e mulher (RESENDE & OLIVEIRA, 2012).

Todas as mulheres, em teoria, podem vir amamentar uma criança, caso estejam física e psicologicamente estáveis. Para que isso ocorra, é preciso ter em mente que não tem regras fixas a serem seguidas. Ao amamentar, destacam Resende e Oliveira (2012), a mulher vivencia um sentimento único de cuidado e intimidade. Cada mulher dá um sentido singular ao ato, dependendo de como está sendo contemplado e, o significado dado à maternidade pela mãe, ao se relacionar com seu filho.

Nesta fase, Louzada (2008) afirma que é importante o suporte psicológico. Através dele, é incentivada a prática da amamentação, informando, lembrando os benefícios e facilidades para seu êxito. O papel do psicólogo é ajudar a mãe a se conscientizar sobre suas emoções que estão presentes neste período, podendo estar presente nas fases pré-natal e pós-natal. Junto com outros profissionais, o psicólogo contribui para o sucesso da amamentação, evitando o desmame precoce e os possíveis problemas acarretados por ele.

O psicólogo deve levar em conta questões exclusivas do período de amamentação, bem como mecanismos psicológicos e biológicos, auxiliando as mães a quebrar os possíveis obstáculos dessa fase; ajudando-as a lidar com seus conflitos emocionais; desenvolvendo a autoconfiança para amamentar. O apoio psicológico no puerpério, período onde se desencadeia fortes emoções, pode influenciar no andamento da amamentação, completa Louzada (2008).

Não há muitos registros sobre o papel do psicólogo, no ato de amamentar. O que podemos perceber é que os aspectos psicológicos é um dos fatores que influenciam de forma direta no sucesso ou insucesso da lactação. Louzada (2008) aponta que a fonte de trabalho do psicólogo, nesta questão, seria a exploração das emoções da mãe durante o processo, junto com outros profissionais da saúde, ajudando a promover ações; evidenciando que, além dos benefícios físicos, a amamentação também reflete positivamente na subjetividade da mãe e do bebê e; por fim, contribuindo nas suas relações sociais.

Basso, Rocha e Esqueda (2008) trazem a psicologia hospitalar, como uma área diferenciada das outras, pois se pretende, principalmente, humanizar a prática dos profissionais de saúde dentro do contexto hospitalar. A psicologia abrange uma clientela diferenciada e um local distinto, visando a um trabalho psicológico sob uma nova perspectiva, conduzindo uma mudança na concepção da prática social e coletiva, o que vem resultando na ampliação do seu campo, que tem dado mais destaque a área da saúde.

Os autores supracitados concluem que é necessária a discussão sobre a atuação da psicologia na saúde hospitalar e de que forma esse trabalho contribui para a sociedade. A psicologia comunitária é outra área da psicologia que busca a melhoria das relações dos sujeitos e destes com seu ambiente. O ato de amamentar favorece o contato direto entre a mãe e o bebê e essa interação, favorece o estabelecimento de vínculos afetivos, indispensáveis para o desenvolvimento emocional ao longo de toda a vida.

As dificuldades encontradas no processo de amamentação podem estar relacionadas à falta de informações a respeito da importância e das vantagens do aleitamento materno, sendo obrigação do governo, fazer com que as pessoas tenham acesso a essas informações, orientando e promovendo estratégias no processo educativo (BASSO, ROCHA & ESQUEDA, 2008).

Segundo a Organização Pan-Americana (2014), é necessário, além das diversas resoluções, iniciativas, políticas, diretrizes em nível mundial, para proteger, promover e apoiar o aleitamento materno. Também são de extrema importância que se criem novas estratégias de promoção e comunicação fundamentadas nas evidências dos benefícios para as crianças, que não se restringem apenas à redução do risco de infecção. Tais estratégias devem informar que as crianças estariam mais bem preparadas para a economia global se fossem amamentadas através do seio materno, visto os efeitos positivos nos níveis de inteligência; que as mães teriam maior proteção contra doenças como câncer; que a família e a sociedade seriam favorecidas com a economia de gastos na saúde e; que o meio ambiente seria protegido contra os milhões de latas e mamadeiras descartados nos aterros sanitários.

É necessário que se promova um ambiente social em que as mães se sintam livres para amamentar a qualquer hora, onde estiver, recomenda a Organização Pan-Americana (2014).

4.1 FAMÍLIA, ESTADO E AMAMENTAÇÃO

Oliveira e Moreira (2013) concebem a amamentação como uma prática progressista que está vinculada ao cenário social e familiar. Faz-se uma interface com a realidade histórica, econômica, cultural e política. Ao longo dos anos, ações para a saúde da mulher e da criança vêm sendo desenvolvidas.

A amamentação é um fenômeno complexo, e traz diversas variáveis de natureza fisiológica, psicológica, social e volitiva, dentre outras. A mulher, explica Lima, Leão e Alcântara (2014), tem a liberdade para optar pela amamentação, porém, o Estado é o responsável por garantir esse direito, gerando as condições para que a mesma amamente se optar por, e puder fazê-lo, é papel da sociedade, respeitar o direito da mulher e da criança.

De acordo com Oliveira e Moreira (2013), as políticas de saúde favorecem ações que correspondem à proteção coletiva, provisórias ou permanentes, contra alguns riscos sociais em relação às técnicas, estratégias, instrumentos e objetivos, que são pautados e introduzidos, a fim de promover a seguridade e o bem-estar social. Segundo Ministério da Saúde (2004), todos os profissionais de serviços e gestores de saúde devem atentar-se às recomendações da Convenção dos Direitos Humanos, em específico, aos direitos da Criança, em acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1989. Em igualdade, todos devem estar atentos com respeito à Constituição Federal, que assegura às puérperas/ 120 dias de licença maternidade, que esteja livre de qualquer prejuízo, seja ele de qual ordem for. A mulher tem o direito de amamentar o filho entre duas em duas horas, com pausa de meia hora, direito este que resguarda a alimentação da criança até os seis meses de idade.

A sociedade como um todo é obrigada a se desfazer de quaisquer atos de

discriminação ou violência que possa causar algum empecilho à opção da mulher amamentar, seja em qual lugar for, mesmo em espaços públicos. Referente ao Estado, Lima, Leão e Alcântara (2014) explicam que é sabido sobre os fundamentos do direito à amamentação em sua ordem social. Fica obrigado a recolher-se de medidas cabíveis à sua efetivação, em condições adequadas, deixando qualquer ato, executivo ou legislativo, que vá de encontro a estes direitos. Compreende-se que no artigo 6º, que exprime as palavras entre os direitos fundamentais sociais, o direito à saúde e à maternidade, junto ao artigo 227, que coloca à família, à sociedade e ao Estado, o dever de assegurar com prioridade, os direitos primários da criança que está relacionado à vida saudável, alimentação e cuidados.

5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou expor os benefícios do aleitamento materno tanto para a mãe quanto para o bebê, indicada pela OMS, ocorrendo no mínimo, nos seis primeiros meses de vida. Teve como objetivo maior, trazer questões como o preconceito da amamentação em público influencia o desmame precoce.

Assim explica Oliveira (2015), que apesar de ONGs e associações fazerem um intenso trabalho para promover e divulgar os conhecidos benefícios da amamentação para saúde do bebê, o olhar opressor da sociedade parece não ter tido grandes avanços à prática em locais públicos, que ainda é vista como transgressora.

Como exemplo, a Organização Pan-Americana (2014) cita a rejeição social como uma prática cultural que, nas entrelinhas, priva a mãe de amamentar em público, levando ao sentimento de constrangimento.

Foi observado, através da leitura e análise dos textos previamente selecionados, que a amamentação é fortemente influenciada por questões biológicas, sociais e psicológicas; sofrendo influências psicossociais.

A família e a sociedade desempenham um papel fundamental na promoção e sucesso da prática da amamentação. O papel do pai também exerce grande influência, já que compartilham da mesma experiência.

O trabalho do psicólogo é explorar os medos, ansiedades, frustrações que impedem a mãe de desenvolver um vínculo funcional com o bebê, trabalhando, simultaneamente, com uma equipe multidisciplinar, que muito tem a acrescentar às nutrizas, apoiando, esclarecendo e auxiliando durante todo o processo da amamentação, garantindo assim, o sucesso no aleitamento materno.

Esse estudo revelou que, apesar de inúmeras estratégias de incentivo ao aleitamento materno, as percepções das nutrizas não se modificaram significativamente ao longo do tempo, sugerindo-se que, além do incentivo do aleitamento materno por meio de publicidade e discursos, sejam criadas estratégias a fim de atingir a

sociedade em geral, contando com o apoio do poder público, para garantir o sucesso da amamentação.

Lima, Leão e Alcântara (2014) afirmam que é garantido à criança o direito à alimentação saudável e em condições de higiene e segurança adequadas, como dimensão de atenção e cuidado. É garantido à lactante, o direito a amamentar, garantindo condições para fazê-lo, se assim escolher, sem prejuízo ou relativização de quaisquer direitos e sem sofrer quaisquer formas de violência ou discriminação, por parte da sociedade ou do Estado.

É certo que a maternidade exige flexibilidade, adaptações, deslocamentos e prioridades, porém essa tarefa deixa de ser árdua com a cooperação e apoio de familiares e sociedade.

O ato de amamentar é uma ação perfeita entre mãe e filho! Que ela possa se tornar uma realidade em nossa sociedade, quando todos se conscientizarem da magnitude da relação estabelecida entre mãe e bebê.

REFERÊNCIAS

DE ALMEIDA, Gabriela Garcia. et al. (2008). **Proteção, Promoção e Apoio ao Aleitamento Materno no Hospital Universitário**. Revista Ciência e Saúde /coletiva Vol.13. nº 2. Rio de Janeiro. jan/mar Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000200024&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 07 mai 2016.

ALMEIDA, José Aprígio Guerra de. (1999). **Amamentação: Um Híbrido Natureza-Cultura**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, ISBN: 978-85-85239-17-4.

BASSO, Ilda; ROCHA, José Carlos Rodrigues; ESQUEDA, Marilene Dias. (2008) **II Simpósio Internacional da Educação Linguagens Educativas: Perspectivas Interdisciplinares da Atualidade**; Universidade de Sagrado Coração de Jesus – USC; Bauru, SP: USC, 2008. Disponível em: http://www.usc.br/biblioteca/pdf/sie_2008_psic_arti_aleitamento_materno_um_retrato_de_experiencia.pdf. Acesso em: 21mar 2016.

BORGES, Alci Marcus Ribeiro. (2006). **Direitos Humanos Conceitos e Preconceitos**; Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 11, nº. 1248, 1 dez. 2006. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/9225/direitos-humanos>. Acesso em: 17abr 2016.

CANIATO, Angêla Maria Pires. (2008). **A Violência do Preconceito: A Desagregação dos Vínculos Coletivos e da Subjetividade**. Revista Arquivos Brasileiros de Psicologia. Vol. 60 nº 2. Disponível em: <http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/228/181>. Acesso em 09 mar 2016

CARVALHO, Marcus Renato; TAMEZ, Raquel Nascimento. (2005) **Amamentação Bases Científicas**. Vol. 02. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

FIGUEIREDO, Maria Claudia Diniz. et al. (2015). **Human Milk Bank: The Breastfeeding Counseling and the Duration of Exclusive Breastfeeding**. Rev. Bras. Crescimento Desenvol.Hum. vol.25, n.2. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/103016>. Acesso em: 09 jun 2016.

FROTA, Mirna Albuquerque. et al. (2009). **Fatores que interferem no Aleitamento Materno**. Revista Rene. Fortaleza (CE). Disponível em: <http://www.revistarene.ufc.br/10.3/html/6.htm>. Acesso em: 09 jun 2016

GALVÃO, Dulce Maria Pereira Garcia; SILVA, Isília Aparecida. (2011). **Vivências de Amamentação da Criança Portuguesa em Idade Escolar**. Rev. Esc. Enferm. USP, vol.45, n.5, ISSN 0080-6234. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n5/v45n5a04.pdf>. Acesso em: 15 mar 2016

HASLINGER, Camile. et tal. (2011). **O Desejo de Amamentar: Uma Visão da Psicologia Sobre o Processo de Amamentação**. IV Jornada de Pesquisa em Psicologia. Desafios Atuais na Práticas da Psicologia. 25 e 26 de novembro de 2011. UNISC – Santa Cruz do Sul Disponível em: http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornada_psicologia/article/view/10216/42 Acesso em: 15 fev 2016.

LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira; LEÃO, Thiago Marques; ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos. (2014). **Proteção Legal à Amamentação**, na Perspectiva da Responsabilidade da Família e do Estado do Brasil. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/viewFile/75649/79186>. Acesso em: 01 mar 2016.

LOUZADA, Viviane Borges. (2008). **Amamentação como Ato Psicossocial**. Monografia apresentada como requisito parcial a obtenção do título de bacharel em Psicologia, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. Governador Valadares. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/viewFile/75649/79186>. Acesso em: 14 jun 2016.

MONTEIRO, Juliana Cristina dos Santos; GOMES, Flávia Azevedo; NAKANO, Ana Márcia Spanó. (2006). **Amamentação e o Seio Feminino: Uma Análise Sob a Ótica da Sexualidade e dos Direitos Reprodutivos**. Revista Contexto Enfermagem Vol. 15 n° 1 Florianópolis. Jan/Mar. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000100018. Acesso em: 04 jun 2016.

DE OLIVEIRA, Ana Cristina. et al (2009). **O Câncer de Mama, Suas Implicações e as Considerações de Enfermagem sobre a Dor**. Monografia para obtenção do grau de bacharel em Enfermagem, apresentada à Área de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Vale do Rio Doce – Governador Valadares. Disponível em: <http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Ocancerdemamasuasimplicacoesseasconsideracoesdeenfermagemnador.pdf> Acesso em: 11 jul 2016.

OLIVEIRA, Nayara de Jesus; MOREIRA, Michele Araújo. (2013). **Políticas Públicas Nacionais de Incentivo à Amamentação: a In(Visibilidade) das Mulheres**; ID-545-20(3)-juç-set-2013.pdf. Artigo de Revisão. Disponível em: [http://repositorio-racs.famerp.br/racs_ol/vol-20-3/ID-545-20\(3\)-jul-set-2013.pdf](http://repositorio-racs.famerp.br/racs_ol/vol-20-3/ID-545-20(3)-jul-set-2013.pdf). Acesso em: 02 ago 2016.

OLIVEIRA, Pamela Luiza Paiva. (2015). **Teta: Os Papeis Simbólicos do Seio Desnudo na Sociedade Brasileira Urbana Atual**. Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação da Universidade de São Paulo. Disponível em: http://myrtus.uspnet.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/artigo_tetas_os_papeis_simbolicos_do_seio_desnudos_na_sociedade_brasileira_urbana_atual_pag_01_a_82.pdf Acesso em: 14 mai 2016.

DE OLIVEIRA, Maria Inês Couto. et tal (2010), **Avaliação do apoio recebido para amamentar: Significado de mulheres usuárias de unidades básicas de saúde do estado do Rio de Janeiro**. Ciênc. Saúde coletiva. 2010, vol. 15, n.2. ISSN 1413-8123. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000200036. Acesso em: 14 jul 2016.

OMS (2014). **Amamentação: Uma Questão Contemporânea Em Um Mundo Globalizado**; Semana Mundial de Aleitamento Materno, 1 a 7 de agosto; Nações Unidas; Aliança Mundial para Ação em Aleitamento Materno (WABA). Disponível em: <http://www.paho.org/bra/images/stories/Documentos2/brief%20report%202014%20portugues.pdf>. Acesso em: 07 set 2016.

PINHEIRO, Viviane Potenza Guimarães. (2011). **Preconceito, Moralidade e Educação Moral para a Diversidade**. Revista Brasileira de Educação Vol. 16 n° 43 jan/abr. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a12.pdf>. Acesso em: 09 jul 2016.

REGO, José Dias. (2001). **Aleitamento Materno**. Vol. 01. São Paulo: Atheneu.

RESENDE, Kenia Mirele; DE OLIVEIRA, Diana Maria Vale. (2012) **A Amamentação como Fator Relevante no Estabelecimento do Vínculo Mãe e Filho**. http://www.iptan.edu.br/publicacoes/anuario_producao_cientifica/arquivos/revista1/artigos/Artigo_Kenia_Diana.pdf . Acesso em: 14 jul 2016.

ROLLIS, Nigel C. et al (2016). **Por que Investir e o Que Será Necessário Para Melhorar as Práticas de Amamentação?** Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v25n1/Amamentacao2.pdf>. Acesso em: 14 set 2016.

ROSA, Rodolfo de Oliveira (2005). **Estudos de Parâmetros Físicos de Qualidade de Imagem em Mamografia Convencional Usando Método Monte Carlo**. <http://antigo.nuclear.ufrj.br/MSc%20Dissertacoes/Rodolfo/TESERODOLFO.pdf> Acesso em: 23 ago 2016.

SALDAN, Paula Chuproski. et al. (2015). **Práticas de Aleitamento Materno de Crianças Menores de Dois Anos de Idade com base em indicadores da Organização Mundial da Saúde**. Rev. Nutr. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732015000400409. Acesso em: 20 mar 2016

SAMPAIO, Marisa Amorim. et al (2010). **Psicodinâmica Interativa Mãe – Criança e Desmame**. Psicologia: Teoria e Pesquisa Vol. 26 n. 4, pp. 613-621 Out-Dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n4/05.pdf>. Acesso em: 19 jul 2016.

SEARA, Maria de Lourdes Pereira dos Santos. (2012) **Imagem corporal e função sexual das mulheres mastectomizadas**; Tese Submetida ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação de medicina da Universidade de Lisboa, como Parte do Requisito Necessário Para Obtenção do Título de Mestre. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/7346>. Acesso em: 19 jul 2016.

SILVA, Luciana Codognoto da; DAUBER, Lia. (2008). **Da Amamentação aos Afetos da Vida Adulta**; Revista Interbio v. 2 n. 2 ISSN 1981-3775. Disponível em: http://www.unigran.br/interbio/paginas/ed_anteriores/vol2_num2/arquivos/artigo1.pdf. Acesso em: 21 jul 2016.

SILVA, Antônio Augusto Moura da. (1990): **Amamentação: Fardo ou Desejo? Estudo Histórico-Social dos Saberes e Práticas sobre Aleitamento na Sociedade Brasileira**. Ribeirão Preto (SP): Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.pgsc.ufma.br/arquivos/amamentacaofardooudesejo.pdf>. Acesso em: 19 jul 2016.

SILVEIRA, Francisco José Ferreira da; LAMOUNIER, Joel A. (2004). **Prevalência do Aleitamento Materno e Práticas de Alimentação Complementar em Crianças com até 24 Meses de Idade na Região do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. Revis Nutr. Vol17 nº 4 Campinas Oct/Dec 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250041310_Prevalencia_do_aleitamento_materno_e_praticas_de_alimentacao_complementar_em_crianças_com_ate_24_meses_de_idade_na_regiao_do_Alto_Jequitinhonha_Minas_Gerais. Acesso em: 19 jul 2016.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Patricia Vasconcelos Almeida - Pós doutora em Linguagem e Tecnologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora associada da Universidade Federal de Lavras (UFLA), atuando na graduação em Letras e na pós-graduação nos programas de Educação (mestrado profissional) e de Letras (mestrado acadêmico). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq - Tecnologias e Práticas Digitais no ensino-aprendizagem de línguas. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Inglesa, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professores, ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras mediado pelas tecnologias digitais, tecnologia educacional, ambientes virtuais de aprendizagem.

Mauriceia Silva de Paula Vieira - Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associada da Universidade Federal de Lavras (UFLA), atuando na graduação e na pós-graduação. Possui experiência docente na educação básica, na formação continuada de professores alfabetizadores e de professores de língua portuguesa. Suas pesquisas se inserem nas seguintes áreas: ensino de língua portuguesa; leitura e práticas de letramentos; letramento digital e uso de tecnologias; análise linguística/semiótica em perspectiva funcionalista..

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aleitamento 162, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 22, 23, 24, 26, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 63, 66, 68, 74, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 98, 102, 103, 116, 117, 122, 125, 128, 130, 135, 141, 153, 178

B

Bilinguismo 88, 92, 102

C

Competência leitora 119

Componente curricular 13, 14, 21, 22, 113, 119, 120

Conteúdos culturais 76

Cultura 23, 29, 32, 40, 42, 43, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 102, 104, 110, 112, 115, 117, 118, 121, 124, 128, 136, 142, 143, 144, 145, 151, 155, 156, 157, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 175, 176

E

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 35, 36, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 59, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 107, 109, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 150, 151, 160, 178

Enunciados 29, 40, 47, 48, 100, 111, 141, 142, 144, 146, 147, 148, 150, 152, 158

G

Gênero discursivo 28, 29, 31

Gênero textual 41, 130, 137

I

Inconsistências 51

Intercultural 22, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 63, 67, 68, 73, 74, 76, 77, 79, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 98, 99, 100, 103, 109

Interculturalidade 28, 30, 35, 36, 63, 64, 66, 67, 68, 99, 110, 112

Interferência 37, 39, 44, 47, 48

Interlíngua 37, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 53

Internacionalização 105, 106, 107, 108, 109, 112, 116

Inter-relações 141, 143

L

Leitura 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 27, 36, 73, 83, 91, 102, 111, 112, 118, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 142, 147, 153, 158, 174, 178

Letramento 12, 24, 36, 88, 89, 90, 91, 92, 98, 99, 100, 101, 103, 120, 122, 123, 124, 127, 128, 129, 131, 132, 151, 178

Língua 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 150, 152, 153, 158, 160, 161, 178

Linguagem 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 35, 36, 48, 50, 60, 111, 112, 115, 117, 122, 124, 126, 129, 134, 136, 139, 142, 143, 146, 151, 154, 160, 161, 178

Língua inglesa 6, 7, 8, 13, 14, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 37, 47, 48, 112, 113, 118, 178

Língua portuguesa 37, 47, 48, 63, 72, 73, 75, 76, 78, 87, 88, 90, 91, 93, 97, 100, 101, 102, 119, 121, 122, 125, 127, 130, 131, 132, 137, 140, 158, 161, 178

Línguas 2, 3, 5, 11, 12, 15, 27, 28, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 71, 73, 74, 76, 77, 80, 82, 86, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 98, 99, 100, 101, 103, 105, 106, 108, 113, 114, 116, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 150, 151, 178

Literatura 5, 51, 54, 55, 74, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 153, 160

M

Materiais didáticos 51, 73, 92

Mitos 12, 101, 153, 155, 156, 159

P

Povos indígenas 88, 89, 90, 91, 92

Práticas 12, 23, 27, 28, 31, 34, 36, 40, 49, 63, 71, 72, 73, 76, 77, 87, 90, 92, 97, 99, 103, 106, 109, 122, 123, 125, 128, 135, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 166, 169, 176, 177, 178

Práticas de translinguismo 141, 142, 143, 145, 147, 148, 149, 150

R

Recursos linguísticos 23, 55, 60, 152, 159

Representação simbólica 162

Representações 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 43, 100, 133, 163, 167, 168, 169

S

Sistema linguístico 47, 53

Sociocultural 14, 39, 64, 68, 73, 80, 91, 99, 112, 162, 171

T

Tarefas 7, 41, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 71, 78, 80, 81

V

Varição linguística 13, 14, 15, 21, 24, 26

Violência 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 169, 174, 175



**EDITORIA
ARTEMIS
2020**